



Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Gonçalves Costa, Lygia

Mobilidade ocupacional no Brasil: uma análise das chances de mobilidade e inserção ocupacional segundo a origem, a cor e a situação de migração e não-migração para homens chefes do domicílio (1988-1996)

Ciências Sociais Unisinos, vol. 45, núm. 1, enero-abril, 2009, pp. 48-60

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93812719005>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

Mobilidade ocupacional no Brasil: uma análise das chances de mobilidade e inserção ocupacional segundo a origem, a cor e a situação de migração e não-migração para homens chefes do domicílio (1988-1996)

Occupational mobility in Brazil: An analysis of mobility and occupational insertion chances according to origin, color and migration status of household men (1988-1996)

Lygia Gonçalves Costa¹
lcosta@iuperj.br

Resumo

Neste artigo, optou-se (i) por uma breve revisão teórica e empírica sobre estudos na área de estratificação e mobilidade no Brasil e por (ii) analisar as chances de mobilidade e inserção ocupacional segundo a origem, a cor, e status de migrantes nordestinos na Região Sudeste, não-migrantes da Região Nordeste e não-migrantes da Região Sudeste. Para o teste de hipótese, foi utilizado um modelo Logit Multinomial por meio do qual foram analisadas as razões de chances dos migrantes dentro das ocupações as quais foram divididas em sete categorias de classes, as mesmas utilizadas por Erikson, Goldthorpe e Portocarrero (EGP) (Erikson et al., 1979): (I) Profissional; (II) Administrador; (III) Não-manual de rotina; (IVa) Empregadores; (IVb) Conta-própria; (IVc) Empregadores rurais; (V) Técnicos e supervisores; (VI) Manual qualificado; (VIIa) Manual não-qualificado; (VIIb) Trabalhadores rurais. Estas categorias já foram aplicadas no clássico estudo de mobilidade The Constant Flux (Erikson e Goldthorpe, 1993), apenas adaptando o trabalho Conta-própria (categoria IVb) para a realidade brasileira. Por falta de dados recentes sobre mobilidade ocupacional no Brasil nas pesquisas amostrais, optou-se por analisar os dois últimos anos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD/IBGE 1988 e 1996 que trata do tema da mobilidade no Brasil.

Palavras-chave: mobilidade social, ocupação, migração.

Abstract

Our goal in this article is twofold. Firstly, we present a short overview of theoretical and empirical studies about social stratification and mobility in Brazil. Secondly, we analyze mobility and occupational insertion chances according to origin, color and various migrational status such as migrants from the Northeast Region to the Southeast Region, non-migrants from the Northeast Region and non-migrants from the Southeast Region. The Logit Multinomial model is used for the hypothesis test where the relative chances for occupational insertion of the various migration groups were analyzed. We use the same occupational classes as the ones used by Erikson, Goldthorpe and Portocarrero (EGP) (Erikson et al., 1979), also the same as in the classical mobility study 'The Constant Flux' (Erikson and Goldthorpe, 1993), only adapting the self-employed category to the Brazilian reality. By the lack of recent data we only analyze the last two editions of the "National Sample Survey of Households" (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE 1988 and 1996).

Key words: social mobility, occupation, migration.

¹ Doutoranda em Sociologia IUPERJ. Assistente de Pesquisa na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio-EPSJV/LATEPS/FIOCRUZ.

² Iniciais para Erikson, Goldthorpe e Portocarrero.

Introdução

Segundo a literatura sobre mobilidade no Brasil, o período áureo da industrialização neste país foi o responsável pela grande mobilidade social ascendente, vivenciada nos anos 1970 e 1980, com maiores chances de mudanças de condições de vida para os trabalhadores. Nesse período, contudo, também foi responsável pelo agravamento das desigualdades regionais, pelos deslocamentos populacionais e pela concentração de mercado de trabalho nas metrópoles industriais, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo. A maioria dos trabalhos dessa mesma época tornaram-se clássicos (Pastore, 1979; Hasenbalg e Valle Silva, 1988), os quais apresentam evidências de que a origem, a cor e a migração formam um complexo eixo de possibilidades de análise sobre a mobilidade ocupacional no Brasil. Por isso, neste artigo, busca-se responder à seguinte pergunta: quais características (impostas, adquiridas ou herdadas) influenciam as chances de mobilidade e inserção ocupacional dos indivíduos e em que medida a origem de classe, a cor e a migração dificultam a mobilidade e a inserção ocupacional desses indivíduos?

Para realizar esta análise, foi necessário selecionar um banco de dados que contivesse as seguintes informações: destino de classe (medida de ocupação do indivíduo); origem de classe (medida de ocupação do pai, quando o entrevistado tinha 14 anos); migrantes (indivíduos cuja origem era nordestina, mas residiam na Região Sudeste há, pelo menos, 5 anos) e não-migrantes (da Região Nordeste e da Região Sudeste); cor ou raça (divididos por brancos e não-brancos); idade (pessoas de 25 a 64 anos de idade) e escolaridade (dividida em 4 níveis: 1 a 4 anos, 5 a 8 anos, 9 a 12 anos e 13 anos ou mais de escolaridade). Dessas variáveis, apenas a origem de classe não é facilmente obtida. O banco de dados nacionalmente representativo, que contém informações sobre a ocupação dos pais dos respondentes é a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar-PNAD/IBGE cujos anos de coleta, sobre tal variável foram 1976, 1982, 1988 e 1996. Para esta análise, utilizam-se dados dos anos de 1988 e 1996, os quais proporcionaram a seleção das variáveis de migração e cor.

Para responder às perguntas do artigo, foi necessária uma análise complexa, que exigiu a escolha de um modelo estatístico capaz de permitir a inclusão de vários parâmetros e o entendimento da complexidade dos seus resultados. Assim, optou-se pelo modelo *Logit Multinomial*, equivalente a modelos loglineares, que estima *logits* binárias para todas as comparações possíveis entre as categorias de uma variável dependente, sem necessitar criar uma hierarquização para elas, admitindo tantas variáveis quanto forem necessárias no modelo. Nesta análise, também se usam as sete categorias ocupacionais desenvolvidas por Erikson, Goldthorpe e Portocarrero (EGP) (Erikson et al., 1979), e aplicadas no clássico estudo de mobilidade *The Constant Flux* (Erikson e Goldthorpe, 1993): (I) Profissional; (II) Administrador; (III) Não-manual de rotina; (IVa) Empregadores; (IVb) Conta-própria; (V) Técnicos e supervisores; (VIIa) Manual não qualificado; (VIIb) Trabalhadores rurais (houve apenas uma pequena adaptação, sugerida pelo

próprio Goldthorpe (1974), que foi feita no sentido de melhor capturar a estrutura social brasileira: Conta-própria (IVb)). Apesar de serem categorias agregadas, permitem uma avaliação eficaz da mobilidade dos grupos, são relacionais e também servem de referência para estudos de comparabilidade internacional.

Em suma, primeiramente destacam-se considerações a respeito de estudos empíricos anteriores direcionados à área de mobilidade ocupacional no Brasil. Neste caso, procurou-se dar aos referidos estudos não apenas um enfoque descritivo, mas também reflexivo, na tentativa de conectá-los às questões aventureadas neste artigo. No item seguinte, descreve-se a metodologia adotada para realizar a análise e o ajuste do modelo aos dados. Finalmente, apresentam-se os resultados das análises para os anos de 1988 e 1996, demonstrando o efeito de classe de origem, cor e migração sobre as chances de mobilidade ocupacional dos indivíduos.

Mobilidade ocupacional no Brasil: uma passagem por estudos anteriores

Apesar dos poucos estudos dedicados à análise de mobilidade ocupacional à luz da situação de migração e cor no Brasil, merecem destaque algumas pesquisas empíricas que, de alguma forma, buscaram se aproximar desse tipo de análise. O estudo de Pastore (1979) sobre a mobilidade social no Brasil, com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/PNAD-73, foi um dos primeiros a relacionar a condição da migração no contexto de mobilidade. No começo de seu trabalho, Pastore (1979) evidenciou uma mobilidade social ascendente, ao longo do século XX, no Brasil, basicamente, em São Paulo, crescente polo industrial na época. O estudo mostrou que existiam altas taxas de ascensão social, mas revelou altas taxas de desigualdade social. Segundo Pastore (1979), a explicação sobre a ascensão social dos brasileiros se pautava na existência de considerável mobilidade de pessoas para estratos mais privilegiados, mas concentrando-se, sobretudo, na classe média. Como sinalizou esse autor, o estrato de classe média baixa foi o que mais contribuiu com a transição de pessoas para a classe média alta, enquanto para os indivíduos de status mais baixo (como aqueles no manual não-qualificado), a mobilidade se deu a curta distância. De modo geral, a pesquisa de Pastore (1979) mostrou que houve mobilidade, mas a classe média foi a que melhor se destacou, levando a sociedade a um estiramento social, ao mesmo tempo em que se tornava mais desigual.

Como ressaltou Pastore (1979), as evidências empíricas, no Brasil, apontavam para uma mobilidade social do tipo estrutural e não circular (embora existisse uma relação entre elas), fruto do surto industrial que aconteceu entre as décadas de 1930 a 1960, efeito da migração rural-urbana, expansão da indústria em São Paulo, oferta de emprego, abertura de serviços nos campos da saúde, educação, justiça, polícia etc. Nesse sentido, a mobilidade social passava a depender da competição que se estabelecia dentro do mercado de trabalho, afetando a relação sujeito e

status. Pastore (1979) analisou a mobilidade social como função da diferenciação da estrutura ocupacional e das modificações dos recursos individuais os quais se estendiam à educação e até mesmo à idade. Para ele, existiam duas forças atuando: uma de mercado e outra ligada ao indivíduo. A primeira demandava mão-de-obra em determinadas ocupações. A outra se manifestava de acordo com a qualidade dessa mão-de-obra oferecida no mercado. Assim, para ascender socialmente, os indivíduos dependiam de preparo educacional, de competência profissional, de experiência e de contatos estratégicos no mercado de trabalho.

No entanto, as disparidades regionais no Brasil contribuíam para o desequilíbrio das oportunidades no mercado de trabalho, e, por esse motivo, eram esperados padrões de mobilidade bem diferentes de uma região para outra. Por esse motivo, Pastore (1979) investiu no controle de seus dados pelo *status* migratório, visando testar a hipótese bastante convencional segundo a qual a mobilidade social estaria, geralmente, associada à mobilidade geográfica: "Os migrantes tendem a fazer muita mobilidade social e, na realidade, a migração promove a ascensão social tanto de migrantes como de não-migrantes" (Pastore, 1979, p. 48). Este autor referia-se, principalmente, aos migrantes com certo tempo de residência, os quais apresentavam aumento de escolaridade e tinham oportunidades de ocupar postos de trabalho, à medida que permanecessem no local de destino. Para Pastore (1979), apenas os migrantes que vinham da zona rural possuíam uma grande desvantagem: sua situação frágil em termos educacionais, fato que os levava à pouca mobilidade ocupacional.

O trabalho de Pastore (1979) indica um perfil bastante significativo da situação de mercado de trabalho entre os anos de 1950 a 1970 – período de crescimento econômico acelerado com a industrialização do país – mas não faz uma avaliação político-cultural sobre a situação da pobreza existente no país, nem mesmo trabalha com um diagnóstico econômico-social sobre a pobreza, o que é mais complexo: não explica suas hipóteses explorando as taxas relativas de seus dados.

Já Hasenbalg e Valle Silva³ (1988) dedicaram-se a uma análise do impacto das rápidas transformações na estrutura setorial do emprego, principalmente entre os anos de 1960 e 1980, sobre a estratificação social e processos de mobilidade social no Brasil. O ponto de partida, para esses autores, foi o entendimento da rápida expansão das relações capitalistas de trabalho como um processo decorrente da acelerada urbanização do país e o consequente declínio relativo dos contingentes de trabalhadores por conta-própria e sem remuneração, característica básica daqueles trabalhadores na agricultura brasileira. Contudo, no caso do Brasil, os pontos positivos do desenvolvimento econômico colidiram com o processo de concentração de renda e a falta de estrutura estatal para o suprimento de bens e serviços de consumo coletivo reclamados por uma população urbana em fase de expansão.

Mesmo assim, havia uma mobilidade total ascendente significativa para os indivíduos, em relação à ocupação de seus pais.

Em 1973, 46% dos indivíduos se movimentavam ascendentemente e apenas 13% dos indivíduos estavam em ocupações inferiores às de seus pais. No entanto, os filhos de trabalhadores rurais tendiam a se inserir basicamente em ocupações não-manauais, como ressaltam Hasenbalg e Valle Silva (1988, p. 41): "O elevado nível de auto-recrutamento dos trabalhadores agrícolas aliado à grande proporção de atuais proprietários na agropecuária recrutados entre os filhos de trabalhadores agrícolas indica o isolamento dos estratos rurais em relação aos demais estratos no que tange à sua composição social".

Para além dessa abordagem, outro ponto fundamental nesse trabalho é a condição dos negros e das mulheres no mercado de trabalho brasileiro. Os pesquisadores Hasenbalg e Valle Silva (1988) observaram que, na divisão social do trabalho, negros e mulheres, dentro das classes e na hierarquia ocupacional, sempre levavam desvantagem no acesso à educação formal e, portanto, estavam destinados a poucas ocupações segregadas tanto horizontal quanto verticalmente. Fernandes (1972) já havia evidenciado, antes mesmo desses pesquisadores, que a situação dos negros no mercado de trabalho, no Brasil pós-abolição, não foi nada promissora. Segundo esse pesquisador, enquanto se esvaziavam os investimentos no setor agrário, o setor industrial crescia e se modernizava, deixando grande parte da sociedade apática diante de tantas mudanças e quase sem perspectivas de se inserir nesse processo. No fundo, o problema se constituía em uma transição – do sistema agrário para o industrial – sem a destituição de estruturas ainda arcaicas e escravistas. Para Fernandes (1972), existia uma ampla diferenciação social entre brancos e pretos, sobretudo no que concerne a ocupações no mercado de trabalho: havia ocupações e atividades que só o indivíduo liberto poderia realizar e que não interessavam ao homem livre independente. Além disso, o miscigenado, tipo que permitiria alguma mudança dentro da estratificação social, não promoveu nem a ascensão de negros, nem de mulatos; apenas ajudou a perpetuar uma ordem social de estratificação racial herdada da escravidão.

Assim, sob o mito de uma democracia racial, justificou-se a condição do negro às atividades que realizava: sob extrema indiferença e pouca solidariedade, foi difícil para o negro enfrentar as mudanças desencadeadas pela universalização do trabalho livre e da competição. Contudo, para Andrews (1992), não foi o despreparo, a incapacidade ou mesmo a desorganização social do trabalhador negro para funções modernas que resultou em sua exclusão ocupacional, mas o efeito da política de imigração, usada como arma para promover o embranquecimento da população, diga-se de passagem, nas regiões mais desenvolvidas do país. Isso tudo para afastar, de vez, os resquícios de uma sociedade escravocrata e agrária, mas que mantinha a população negra disponível como mão-de-obra barata, praticamente no fim da pirâmide ocupacional.

Para Hasenbalg e Valle Silva (1988), esse ideal de embranquecimento estabelecido no Brasil, há dois séculos, ratificado,

³ Vale destacar, também, o trabalho de Souza e Valle Silva (1981).

também, pela teoria de uma *democracia racial*, permite enxergar pouco sobre as diferenças inter-raciais existentes na sociedade brasileira. Um povo "cordial e pacífico" não tem a necessidade de quebrar o que se pode chamar de uma "harmonia étnica e racial" típicas da natureza humana do brasileiro. Outro ponto a destacar, entre estes autores, é que existem teorias postuladas a partir das incompatibilidades entre o industrialismo e o racismo. As teorias sociológicas dominantes previam que a industrialização romperia as barreiras de dominação racial (Turner, 1951; Parsons, 1953; Van den Berghe, 1967; Simpson e Yinger, 1965) e a competição encorajaria a todos, brancos e não-brancos, assim eliminando a estrutura dominante do sistema escravocrata e a discriminação racial (Fernandes, 1972). Para Hasenbalg e Valle Silva (1988), essa lógica remetia ao entendimento simplista de que as posições ocupacionais eram relevantes apenas no campo da realização pessoal, ignorando que efeitos as minorias, como, por exemplo, os não-brancos, exerciam sobre essas posições.

Hasenbalg e Valle Silva (1988) compartilham a ideia de que o período pós-abolição relegou as populações de ex-escravos a posições mais baixas na hierarquia sócio-econômica. Não só esses estudiosos, mas toda uma gama de pesquisadores confirma um desajuste social na passagem do escravo recém-liberto para postos ocupados por homens livres. Portanto, os entraves à mobilidade ocupacional do negro estavam estabelecidos pela seguinte falha no sistema: passagem homem livre para homem trabalhador assalariado, capacitado, sobretudo, para ocupar postos de trabalho não somente agrários, mas industriais. Ao levantar estas questões, Hasenbalg e Valle Silva (1988) constataram que pretos e pardos concentravam-se nos setores agrícolas, na indústria de construção e na prestação de serviços, que incluem ocupações menos qualificadas e pior remuneradas. As evidências apontavam para uma discriminação geográfica, pois a distribuição de negros e brancos no país, afirmavam eles, era desproporcional entre as regiões. Para esses mesmos autores, o trabalho escravo condicionou parte da população de cor a estabelecerem-se em espaços agrários e de mineração que foram ficando estagnados economicamente.

No entanto, mesmo que se tenha pouca informação sobre a economia pós-abolição em Minas Gerais e na Região Nordeste, onde estava grande parte da população negra, Hasenbalg (1979), em seu estudo paralelo, já indicava que essa população poderia ter participado de uma industrialização periférica. De todo modo, a população de cor estava relegada, em grande parte, à vida em regiões agrícolas (não no café – economia próspera, mas na cana – economia decadente). Dessa maneira, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre não significou, na agricultura, assalariamento, mas a continuação da relação senhorial de dependência com formas não-monetárias de remuneração: condição de agregados, parceiros, diaristas etc. Apenas na década de 1960 o trabalhador rural passou a ter um estatuto que regulamenta o serviço assalariado na agricultura.

A partir de 1850, a região Sudeste destacou-se de todas as regiões, começando pela expansão do café até a chegada da industrialização. Essa região teve um peso parcial sobre a

composição da população não-branca brasileira devido ao seu sistema econômico marginal até o século XIX, quando a plantação de café transformou aquela região no centro das atenções comerciais. Fontes do Censo Demográfico de 1950, analisados por Hasenbalg (1979) revelaram que a distribuição regional era relevante, se fosse observado o efeito acumulado do sistema escravista em certas regiões fora do Sudeste. Em 1872, havia 35% de brancos nessa região e, no resto do país, 65%. Os dados relativos às pessoas de cor, entretanto, correspondiam a 21%, no Sudeste, enquanto, nas demais regiões alcançavam 79%. Nos anos de 1940 e 1950, Hasenbalg (1979) mostrou, por meio desse mesmo Censo, que a dinâmica demográfica da população posterior à abolição manteve a localização geográfica dos dois segmentos de cor da população. Deve ser destacado que o centro escravista de maior importância no Sudeste era o Rio de Janeiro e sua periferia rural, e isso proporcionou, de certa forma, a composição de grupos de cor na região, mas não desenvolveu o característico mestiço e uma população marcadamente de cor. Em resumo, fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, o resto do país era pouco desenvolvido e industrializado, com poucas perspectivas de trabalho formal, principalmente, para a população negra, que não tinha escolha a não ser se inserir em trabalhos na agricultura.

No cômputo final desse processo, para Hasenbalg (1979), mesmo levando em conta a marginalização sócio-econômica sofrida pelo negro, pós-abolição, a região Sudeste representou, para a população de cor, migrante e nativa, devido à sua acelerada urbanização e industrialização, um lugar de possibilidades de mobilidade ocupacional, sobretudo nos estratos ocupacionais médios e altos. Nesse caso, a educação foi relevante e responsável pelo processo de mobilidade ocupacional das pessoas de cor na região. Por exemplo, pelo Censo Demográfico de 1950, no Sudeste, a população de cor branca tinha chance de completar o grau elementar 6,7 vezes mais que pessoas de cor não-branca. No entanto, para o resto do país, essa diferença aumentava em quase 3 vezes. A chance dos brancos completarem o grau superior no Sudeste era de 17,6 vezes maior que a dos não-brancos: para o restante do país, essa diferença chegava a 20 vezes mais chances para os brancos.

Em 1980, período áureo da industrialização, as diferenças educacionais por cor continuaram elevadas. No Brasil, os brancos tinham 1,6 vezes mais de chance de completar 5 e 8 anos de estudo que os pretos e pardos; 2,5 vezes mais oportunidades de completarem 9 e 11 anos de estudo; e 6 vezes mais chances de completarem 12 anos ou mais de estudo, se comparados à população não-branca (Hasenbalg e Valle, 1988).

Para Hasenbalg,

[...] cerca de um terço das desigualdades raciais no nível básico da alfabetização são devidas à segregação ecológica dos grupos raciais (pretos e pardos concentrados no Nordeste, região menos desenvolvida). Assim, os restantes dois terços podem ser atribuídos aos efeitos acumulados de discriminação racial (Hasenbalg, 1979, p. 183).

Para complementar, Valle Silva (1981), em outro estudo, analisaram cor e processo de realização sócio-econômica dependentes de uma herança racial, que se manifesta pelas diferenças educacionais elevadas entre brancos e não-brancos (pretos e pardos): as desvantagens competitivas que os indivíduos não-brancos experimentavam se caracterizavam muito substancialmente como um processo de discriminação racial no processo de escolarização. Isso quer dizer que, mesmo com a inserção do negro e do mulato no sistema educacional e, por esse motivo, uma ascensão do negro a certas posições privilegiadas no mercado de trabalho não necessariamente equilibraria a hierarquia de posições entre os grupos na estrutura ocupacional.

Pode-se dizer que, mesmo com um processo de modernização conservador, houve um crescimento econômico acelerado e difusão de formas capitalistas de produção, principalmente com a instituição do trabalho assalariado no Brasil. Depois de 1930, constata-se o encolhimento do setor primário (agricultura), decorrente da rápida urbanização do país (rural para urbana), e aumento dos setores secundário (indústria) e terciário (serviços). Expandiram-se, por outro lado, os estratos de ocupações médias como as administrativas e técnico-científicas. Do ponto de vista estrutural, o país experimentava uma mobilidade positiva em que não só havia uma melhora no nível de qualificação da força de trabalho, mas, sobretudo, a absorção crescente de população ativa em ramos de atividades e em ocupações de maior produtividade, renda e *status* social.

Por isso, Hasenbalg e Valle Silva (1988) tratam do período de 1960 a 1980, descrevendo as mudanças estruturais no setor de emprego como consequências das altas taxas de crescimento econômico e de um ritmo acelerado de urbanização que resultaram em mudança da força de trabalho para fora do setor primário. Esse estudo avança, na medida em que suas hipóteses não se limitam apenas aos pontos ligados à forte industrialização e ao desenvolvimento econômico do país que mudaram a estrutura de classes, mas outras situações, como aquelas ligadas às questões de segregação de gênero, de raça e de espaço. Assim, verificado que o Brasil apresentava barreiras sociais veladas, com o confinamento da população não-branca nos estratos sócio-econômicos inferiores, os autores denunciavam a importância do passado escravo, o qual era fator determinante do *status* coletivo inferior dos negros, e relegavam ao fim a tese ideológica da democracia racial. Ou seja, no século XX, o Brasil não era mais "o país da democracia racial", que ocultava os conflitos raciais e invocava a mestiçagem como algo peculiar à população brasileira. Descobriu-se, na verdade, um país em desenvolvimento, mas extremamente segregacionista em relação aos migrantes, aos não-brancos ou mesmo aos pobres de uma maneira geral.

O trabalho de Januzzi (2000) vem contribuir para este artigo como o trabalho mais específico, dentre todos os estudos

citados cujo foco esteve na mobilidade ocupacional e migração. Em sua pesquisa, esse autor objetivou mostrar que havia novos rumos para o entendimento da mobilidade ocupacional e da dinâmica migratória, totalmente distintos daqueles que evidenciaram a sociedade urbano-industrial brasileira do passado. Para Januzzi (2000), a migração estava atuando como mecanismo de transformação social, mas era preciso compreender a inserção (ou atuação) dos migrantes no mercado de trabalho urbano com mais detalhe. Nessa investigação, Januzzi (2000) utilizou a PRAD-Pesquisa Regional por Amostra de Domicílios, responsável, na época, por informações inéditas sobre o movimento migratório no Estado de São Paulo entre os anos de 1980 e 1993. Pelos resultados da pesquisa, a maioria dos migrantes realizou um forte movimento migratório até 1986, ano que divide o período de 1980 a 1993 em dois subperíodos de quase igual duração, e que, mais importante do que isso, demarcou o fim de um dos ciclos de crescimento econômico mais duradouro na década de 1980, iniciado no final de 1983. Os anos seguintes foram marcados por oscilações conjunturais ora favoráveis, ora desfavoráveis, que, talvez, não permitissem vislumbrarem-se perspectivas estáveis e garantidas nos grandes centros urbanos para quem cogitasse migrar. Entre 1990 e 1993, explica Januzzi (2000), a indústria, sobretudo, a agropecuária⁴ foi perdendo seu espaço entre os principais setores de ocupação de mão-de-obra, enquanto os demais setores, em especial a prestação de serviços e serviços domésticos, cresceram. Havia oportunidade tanto para trabalhadores migrantes qualificados quanto para aqueles com baixa qualificação, na indústria, nos serviços sociais e auxiliares, com riscos, evidentemente, de desocupação. Segundo Januzzi (2000), os migrantes nordestinos, em especial, experimentaram mobilidade ascendente na escala sócio-ocupacional, ainda que, para a maioria deles, a mudança tenha significado apenas uma troca de ocupações mal-remuneradas da agropecuária descapitalizada para o baixo terciário urbano. Além disso, as dificuldades iniciais de inserção no mercado de trabalho, assim como o maior risco à desocupação, levaram uma parcela dos migrantes a aceitar emprego em ocupações menos qualificadas que as anteriormente exercidas.

Para Januzzi (2000), o Brasil se constitui como um típico caso em que mudanças estruturais trazidas pela industrialização atraem perspectivas promissoras para a mobilidade social, pela criação de oportunidades para incorporação de mão-de-obra em ocupações novas, mais diferenciadas, de maior *status* na própria indústria, no comércio, nos serviços sociais, na Administração Pública, enfim, em vários setores da economia que se formava (Tabela 1). Desse modo, os migrantes acabaram sofrendo positivamente os efeitos dessas mudanças nas demandas adicionais de serviços e equipamentos urbanos no mercado de trabalho nas cidades.

⁴ A agropecuária passou à condição de setor de menor concentração de ocupados em 1993, apenas 6%; situação diametralmente oposta à observada em 1980, quando reunia 19% da mão-de-obra.

Tabela 1: Evolução da distribuição setorial da população ocupada: Brasil 1940-1970.
Table 1: Evolution of the sectorial distribution of the working population: Brazil 1940-1970.

Distribuição % setor de atividade	1940	1950	1960	1970
Agropecuária e extrativismo	65,9	59,9	53,7	44,3
Indústria de Transformação	7,8	10,6	9,8	12,1
Construção Civil	2,6	3,9	4,0	5,8
Comércio de Mercadorias	5,1	5,6	6,7	7,6
Prestação de Serviços	14,6	14,8	19,3	21,3
Serviços Sociais/Administração Pública	4,0	5,2	6,5	8,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Almeida (1974).

Além disso, o grande contingente de pessoas e famílias que se deslocaram para as grandes cidades, entre os anos de 1940 e 1970, consolidou fluxos migratórios importantes para a composição do mercado de trabalho urbano e elevou a taxa de urbanização de 31% para 56% da população, sobretudo, em São Paulo e Rio de Janeiro (Patarra, 1978). De acordo com Pastore (1979), a migração rural-urbana pesou sobre as cifras de mobilidade ascendente no Brasil, superando os nativos nas regiões de destino, tanto em nível inter quanto intrageracional. Assim, enquanto 57% dos migrantes realizaram mobilidade sócio-ocupacional em relação a seus pais, e 62% em relação ao seu primeiro emprego, os nativos alcançaram apenas 43% e 50%, respectivamente. Evidentemente, o Sudeste, sobretudo, São Paulo, com sua diversidade ocupacional e capacidade para abertura de novas frentes de trabalho, era a região que abarcava, com um volumoso fluxo de nordestinos de origem rural, as mais altas cifras de mobilidade identificada entre as regiões brasileiras.

Entre as décadas de 1980 e 1990 houve uma redução das atividades econômicas no país, o que provocou um forte impacto sobre a geração de renda e crescimento econômico. Assim, as altas taxas de desemprego, recessão econômica e baixa capacidade de geração de emprego formal reduziram tanto a mobilidade ocupacional quanto os fluxos migratórios, evidentes até os anos 1970. Dados de 1980 e 1995 revelam que o emprego industrial cresceu apenas 1,4% ao ano, e o agrícola, 0,8%. O emprego no setor terciário, apesar do acréscimo de 4,8% ao ano, dava margem à grande parte da informalização. No período de 1990 e 1996, o emprego formal no Brasil ficou reduzido a 9,98%, e, entre as regiões brasileiras, uma das mais significativas quedas neste setor foi a de São Paulo, com índice de 12,53% (Brito, 2000).

Nesse mesmo período, o Sudeste vinha registrando uma contínua diminuição na entrada de migrantes: 1.246.934 – de 1986-1991 – e 1.219.899 – de 1991-1996, evidenciando grande migração de retorno, provavelmente relacionada à fracassada fixação desses migrantes na região e à crise econômica instaurada no Brasil que afetou diretamente São Paulo, destino

da maioria dos migrantes, sobretudo os nordestinos. Assim, uma parte dos emigrantes de São Paulo foi para o Paraná e para o Centro-Oeste; e do Rio de Janeiro para Minas Gerais, significando, no âmbito dos "circuitos migratórios regionais", uma etapa a mais dentro das trajetórias dominantes (Carvalho *et al.*, 1998). Vale a pena destacar, também, que, após os anos 1980, houve uma relativa desconcentração industrial em São Paulo; assim, outras regiões tiveram oportunidade de aumentar sua participação na economia industrial brasileira, sobretudo, o interior paulista. Entretanto, a desconcentração industrial não significou o desaparecimento dos desequilíbrios regionais; o Nordeste continuava com problemas relacionados à sua participação na produção industrial (congelada em 7,7%, de 1980 a 1997) (Pacheco, 1998); além disso, vinha aumentando seu percentual relativo de 42% da emigração regional, no período 1986-1996, a 46,2%, no período de 1991-1996, mantendo, nos anos 1990, sua posição de grande área de evasão migratória, principalmente para o Sudeste (Baeninger, 1999).

No geral, a situação da economia brasileira não se caracterizaria mais por uma mera crise cíclica, como fora em diversos momentos do pós-guerra, mas por uma "crise de transição". A economia estava passando por uma nova etapa, de intensa articulação interna e externa em direção à reestruturação produtiva, tanto tecnológica quanto empresarial, criando padrões de flexibilização na relação entre o capital e o trabalho. Este padrão para o qual a economia brasileira se transferia tinha pouquíssima capacidade de geração de emprego e, por isso mesmo, afetava a mobilidade ocupacional dos trabalhadores. As novas exigências do mercado, da economia, do aparato tecnológico, reforçaram a procura de mão-de-obra cada vez mais qualificada, eliminando muitos sujeitos de suas funções. Assim, àqueles ramos da economia com menor intensidade tecnológica e fora da competição internacional ficava a responsabilidade de reincorporar a mão-de-obra "destituída de suas ocupações" e desempregada. A realidade, portanto, era de que a "fase do pleno emprego" havia passado e que à grande força de trabalho só restava a inserção em ramos informais da economia de bai-

xíssima produtividade (IPEA, 1997). Segundo Martins e Ramalho (1994), algumas ocupações de menor qualificação, quando não extintas, eram transferidas para outras regiões fora dos principais centros urbanos, ou para pequenas empresas constituídas por seus antigos trabalhadores.

Nesse sentido, pode-se dizer que os anos 1990 encerraram um modelo industrial baseado em forte protecionismo e aberto à competitividade internacional. No entanto, nem todos os setores do mercado estavam aptos a acompanhar essa competitividade e, por isso, foram impelidos a um processo de terceirização e de outras medidas que implicaram a eliminação ou a precarização de muitos postos de trabalho. Nos anos setenta, o setor industrial respondia por cerca de 20% da ocupação nacional. Vinte anos depois, essa participação caiu para menos de 13%, ou seja, para um patamar bastante inferior ao que caracterizava as sociedades avançadas (Pochman, 2001). E, mesmo com a expansão dos serviços, nesse período, não havia como compensar a destruição de empregos que vinha se processando nos demais setores, pois ampliava-se o tradicional excedente de mão-de-obra no país, intensificando a seletividade patronal e as dificuldades e desigualdades no acesso aos postos de trabalho existentes. Desse modo, os trabalhadores ficavam expostos a intenso processo de desemprego, precarização das relações de trabalho, queda de rendimentos dos que permaneciam ocupados, acentuando as desigualdades de uma persistente pobreza secular e massiva.

Quanto à classe média, que viveu seu apogeu durante o período do Milagre Econômico, restava, pelo menos, manter seu *status* social, já que as condições de mobilidade ascendente não eram mais as mesmas. Segundo Quadros (1997), a classe média também experimentou mudanças setoriais e ocupacionais, sobretudo, em cargos de direção, gerenciamento, chefias e supervisões nas empresas. No entanto, foi grande a capacidade de classes e grupos ocupacionais mais altos de manterem seus privilégios mesmo neste período de reestruturação. Inúmeros mecanismos institucionais permitiram que, ao longo desses anos, as vantagens sociais e econômicas se direcionassem à classe média e não a classes em desvantagens. Costa Ribeiro (2007) resume esta capacidade de duas formas: uma endógena e outra exógena. A endógena pode ser entendida pela capacidade de certos grupos privilegiados e, consequentemente, a de seus filhos se manterem no poder. A escola e as universidades participam desse processo como niveladores sociais, ao proporcionarem mais oportunidades educacionais a uma única classe: a média. No entanto, esses não são os únicos exemplos, há outros: o financiamento da casa própria para a classe média e não para os pobres; a manutenção da aposentadoria integral de funcionários públicos, em vez da expansão do sistema de previdência em geral, e outros, também, que tiveram sua parcela de manutenção do *status* da classe média. Já as características exógenas das classes médias e altas estão relacionadas ao tamanho da população brasileira e ao tipo de mercado que se desenvolveu. Nas palavras de Bourdieu (1979), os mais ricos em capital cultural se inclinam a investir, preferencialmente, na educação dos filhos e nas práticas culturais

para manter e acrescentar sua particularidade específica. Os mais ricos em capital econômico investem numa inversão mais racional de cultura e educação em favor de algo mais simbólico como a posse dos meios materiais e culturais aptos à vida burguesa, capaz de assegurar, com ele, o capital social que, consequentemente, remete-os a uma "boa sociedade".

Nessas condições, o mercado de trabalho brasileiro se moderniza, criando mais desigualdades e menos oportunidades para os trabalhadores. Pode-se dizer, ainda, que as perspectivas de mobilidade social, no contexto em que vem se processando a Reestruturação Produtiva, são apenas de mobilidade do tipo circular, cujos efeitos sobre a mobilidade ascendente são muito menores que os da mobilidade estrutural. Afinal, a mobilidade circular ascendente está restrita a trabalhadores mais qualificados, que só podem ascender se outros trabalhadores menos qualificados descerem (Januzzi, 2000).

Desse modo, muitos trabalhadores, no final dos anos 1980, e nos anos 1990, sobretudo os de origem rural, estavam fadados a realizar menos mobilidade do que no passado. Esse fato permitiu também um aumento da mobilidade descendente, ou mesmo um aumento da imobilidade. Assim, à luz de todos os pontos apresentados, chama-se a atenção, ratificando que é importante verificar análises pouco exploradas como o efeito dessas três variáveis (origem de classe, cor e migração) sobre a mobilidade ocupacional dos trabalhadores, para a melhor compreensão dos mecanismos de exclusão ocultos no processo de mobilidade ocupacional e, consequentemente, das desigualdades urbanas.

Notas Metodológicas

Especificação, análise, estimação do modelo e teste de qualidade

O modelo estatístico adotado nesta análise foi o Logístico Multinomial, considerado uma generalização do modelo logístico (Agresti, 1990) e um equivalente a modelos loglineares para dados agrupados. Este modelo é interessante, por abranger variáveis qualitativas, políticas, que não exigem ordenação. Ou seja, no modelo, pode-se assumir J valores possíveis ($Y=1,2,\dots,J$), cujas categorias são mutuamente exclusivas e não possuem qualquer ordenamento implícito entre elas.

Assim, $J-1$ equações representam, no modelo, a relação entre a variável resposta Y e as variáveis explicativas denotadas por $x_0, x_1, x_2, \dots, x_K$ de forma que a probabilidade de ocorrência de uma categoria $j \neq J$ é calculada em relação à categoria base J . Formalmente, o modelo logístico multinomial pode ser descrito como:

$$\ln \left(\frac{p(Y=j | x_i)}{p(Y=J | x_i)} \right) = \ln \left(\frac{p_{ij}}{p_{iJ}} \right) = \underline{x_i} \underline{\beta_j} = n_{ij} \quad \forall j = 1, \dots, J-1 \quad (1)$$

onde x_i e β_j são vetores (colunas) de dimensão $(K+1)$ e $n_{ij} = \underline{x_i} \underline{\beta_j} = \sum_{k=0}^K \beta_{jk} x_{ik}$, com $x_{i0} = 1$, são preditores lineares, funções das variáveis explicativas, associados a cada categoria $j \neq J$.

da variável resposta. O vetor \underline{x}_i codifica a i -ésima observação das K variáveis explicativas. Nesse sentido, em um modelo com K covariáveis e J categorias, um total de $(K+1) \times (J-1)$ parâmetros devem ser estimados (Power e Xie, 2000). A escolha da categoria J como base é arbitrária. Em vista da fórmula 1 e da tautologia,

$$\ln\left(\frac{p(Y = J | \underline{x}_i)}{p(Y = J | \underline{x}_i)}\right) = 0 \quad \forall \underline{x}_i$$

a escolha de J força $\underline{\beta}_j = 0$.

Definido o modelo (1), as probabilidades podem ser expressas por:

$$P_{ij} = \left(\frac{\exp(\underline{x}_i \underline{\beta}_j)}{1 + \sum_{j=1}^{J-1} \exp(\underline{x}_i \underline{\beta}_j)} \right) \text{ e } P_{ij} = \left(\frac{1}{1 + \sum_{j=1}^{J-1} \exp(\underline{x}_i \underline{\beta}_j)} \right) \quad (2)$$

Após a definição do modelo e do cálculo das probabilidades, é importante realizar uma análise das chances e razões de chances (odds) podem ser encontradas calculando-se a razão entre as probabilidades de ocorrência de uma categoria j e da categoria de base J . O logaritmo dessas chances, ou *logits* podem ser descritos como uma função linear de χ_i :

$$\ln(v_{ij}) = \left(\frac{p_{ij}}{p_{iJ}} \right) = \left(\frac{p_{ij}}{p_{iJ}} \right) = \underline{x}_i \underline{\beta}_j \quad \forall j = 1, 2, \dots, J-1$$

cuja transformação exponencial é $v_{ij} = \frac{p_{ij}}{p_{iJ}} = \exp(\underline{x}_i \underline{\beta}_j)$

$\forall j = 1, 2, \dots, J-1$. Assim, dado que J é a base para obter as chances (odds) em um modelo logístico multinomial com variáveis categóricas. Assim, um coeficiente $\beta_{jk} > 0$ associado à variável

independente (χ_k) implica no aumento de $\frac{p_{ij}}{p_{iJ}}$ quando todas as

outras variáveis independentes $\chi_{k'}$ ($k' \neq k$) são mantidas constantes e χ_k aumenta. Ou seja, neste caso, a probabilidade de observar a categoria j aumenta em relação à probabilidade de observar a categoria J .

A estimativa dos parâmetros do MLM é realizada pelo método da Máxima Verossimilhança. Desse modo, é apropriado definir um conjunto de J variáveis em forma de *dummies*, onde $d_{ij} = 1$ se $y_i = j$ do contrário 0. Observe-se que existe apenas um $d_{ij} = 1$ para cada observação (Power e Xie, 2000). Assim, a função de verossimilhança da variável y é descrita como:

⁵ A última PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) realizada pelo IBGE, com perguntas sobre mobilidade intergeracional (ocupação do pai) foi realizada em 1996. Há 11 anos, estudiosos da área de mobilidade no Brasil esperam por uma nova pesquisa nessa área de pesquisa.

⁶ Sugere-se ler, também, o clássico estudo de mobilidade social realizado por Erikson e Golthorpe (1993), *The Constant Flux*.

$$\log L = \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^J d_{ij} \log P_{ij}$$

Por fim, o teste de qualidade utilizado foi o *Wald Test*, que permite estimar um ou mais modelos e cuja fórmula é $W = \hat{\beta}_r V_r^{-1} \hat{\beta}_r$, segundo a qual $\hat{\beta}_r$ denota um subvetor do parâmetro estimado vetor $\hat{\beta}$; V_r é um limite de variância-covariância da matriz de $\hat{\beta}$; e V_r denota a submatriz correspondente de V . O Teste Wald, também, tem distribuição do tipo χ^2 com graus de liberdade iguais ao número de restrições existentes nos parâmetros (r). No caso de poder ser generalizado, o Teste Wald permite que se testem outras restrições. Nesse sentido, a H_0 se torna: $H_0 = R\beta_r = q$, na qual R é uma matriz restrita com cada linha correspondendo a uma única restrição de um vetor coeficiente, e q corresponde a uma submatriz de zeros (Powers e Xie, 2000).

Fonte de informações

Como fonte de informações, tomam-se dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-IBGE, que, desde 1967, tem-se destacado como um tipo de pesquisa domiciliar amostral que possui propósitos múltiplos na investigação de diversas características sócio-econômicas. Neste eixo, algumas características estudadas são de caráter permanente nas pesquisas, tais como: caracterização geral da população, da educação, do trabalho, do rendimento e da habitação. Outras são estudadas com periodicidade variável: migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição, mobilidade e demais temas que são incluídos no sistema, de acordo com as necessidades de informação para o país. Para os pesquisadores da área de mobilidade, este tema na PNAD ficou restrito apenas aos anos de 1973, 1982, 1988 e 1996, demandando uma necessidade urgente de se investir em pesquisas deste porte no Brasil.

Neste artigo, exploram-se os anos de 1988 e 1996⁵ da PNAD, em um esforço de avaliá-los comparativamente quanto a seus diferenciais internos em relação à mobilidade ocupacional.

Ajuste do modelo logístico multinomial e análise dos parâmetros

Variável resposta: ocupação da pessoa

A variável resposta do modelo logístico multinomial desse estudo refere-se à pergunta sobre as chances de mobilidade ocupacional da pessoa de referência, relativas à origem, à cor e à migração. Neste caso, optou-se pelo uso de uma variável resposta contendo categorias ocupacionais relacionais para homens chefes do domicílio, de acordo com o esquema CASMIN, trabalho desenvolvido por Erikson, Goldthorpe e Portocarrero (EGP) (Erikson *et al.*, 1979)⁶.

Este esquema de classes é interessante para a análise porque está mais voltado à distinção entre relações de emprego que à hierarquização entre os grupos ocupacionais (Costa Ribeiro, 2003). Outro ponto importante neste esquema é o de que as categorias ocupacionais já definidas pelos pesquisadores (EGP) agregam o tipo de classificação ocupacional encontrado nas PNADs, e isso facilita o trabalho de pesquisadores brasileiros, sobretudo, em estudo de comparabilidade internacional (Scalon, 1999). Assim, nesta variável estão contidas as sete categorias ocupacionais agregadas EGP, detalhadas na tabela abaixo:

Tabela 2. Categorias ocupacionais (EGP).
Table 2: Occupational categories (EGP).

Categorias ocupacionais (EGP)	Descrição das ocupações
I-Profissionais (I+II)	ocupações ligadas a profissionais liberais (médicos, advogados, dentistas etc.), administradores e oficiais, gerentes, grandes proprietários, supervisores de trabalhadores não-manejados
III-Não-manual de Rotina (III+IIIb)	ocupações ligadas, principalmente, a escritório, trabalhadores religiosos, vendedores, oficiais de justiça, trabalhadores na educação
IVa-Empregadores	comércio, indústria e hotelaria
IVb-Conta-própria	comerciante conta-própria
V-Técnicos, Supervisores e Trabalhadores no Manual qualificado (V+VI)	artesãos e trabalhadores técnicos, serviços prestados
VIIa-Manual não qualificado	trabalhadores domésticos, braçais e mal-definidos
VIIb-Trabalhadores rurais (VIIb + IVc2)	agricultores e outras ocupações agropecuárias

Conforme o especificado no início do trabalho, a estimativa dos parâmetros do modelo logístico multinomial é feita mediante a indicação de uma categoria da variável resposta como categoria base. Neste caso, foi escolhida a categoria VIIa, Manual não-qualificado, pois, geralmente, se utiliza como categoria de base o nível com maior número de casos (Powers e Xie, 2000).

Variáveis explicativas

A escolha das variáveis explicativas foi orientada pela discussão preliminar sobre mobilidade ocupacional, migração e cor no Brasil. Assim, optou-se por organizá-las e codificá-las da seguinte forma: a variável cor ou raça, disponível nos bancos de dados de 1988 e 1996, foi refeita para dar lugar à divisão de (i) *brancos* e (ii) *não-brancos* (junção de pretos + pardos). Eliminaram-se, portanto, outros grupos de cor (amarelo e indígena),

por representarem apenas 1% do total de casos no banco. Esta variável é importante para o modelo porque não mostra apenas que a condição de cor ou raça está ligada aos diferenciais de acesso à escola entre brancos, pretos e pardos, mas a elementos que revelam uma discriminação no mercado de trabalho que, quando combinados, produzem uma inserção diferenciada dos grupos nas categorias ocupacionais.

A variável idade foi inserida na análise como variável controle. Neste caso, criou-se um corte etário no qual apenas homens chefes do domicílio serão analisados, com *idade* entre 25 e 64 anos. Estudos indicam que, nessas idades, os indivíduos apresentam maior estabilidade em seu ciclo de vida.

Quanto à variável contendo grupos *migrantes* e *não-migrantes*, foram retiradas das variáveis UF onde mora e UF que nasceu, e definidas da seguinte forma: os não-migrantes: no Nordeste (i); os não-migrantes no Sudeste (ii) (representando Rio de Janeiro e São Paulo); os migrantes no Sudeste: migrantes do Nordeste (iii). Para a escolha destas variáveis, reconhece-se que a Região Sudeste foi escolhida como região de destino porque, mesmo com uma contínua diminuição da entrada de migrantes, entre os anos de 1986 e 1991, na Região, esta continuava sendo a grande responsável pela absorção de migrantes (recebia 44,9% dos migrantes de todo o país, enquanto a Região Norte recebia 12,5% de migrantes, a Região Nordeste, 14,6%, a Região Sul, 9% e a Região Centro-Oeste, 19,3%, de acordo com o Censo Demográfico de 1991) (IBGE, 1991). A Região Nordeste é conhecida como de emigração porque continua sendo a que mais sofre com evasão populacional (respondia por 61,9% dos migrantes na Região Sudeste, e as demais regiões, juntas, respondiam apenas por 34,3% dos migrantes nessa Região, Censo Demográfico de 1991) (IBGE, 1991). Neste caso, os migrantes selecionados foram os que tinham 5 anos ou mais de moradia no local de destino. Estudos vêm revelando que, quanto maior o tempo de residência, melhor a inserção dos migrantes no contexto socioeconômico do local de destino (Scalon e Cano, 1999).

A variável nível educacional entra em cena, também, como variável controle. Como se sabe, entre as ocupações, há a exigência de certos perfis educacionais que podem criar desigualdades de inserção ocupacional, se avaliadas por sexo, cor, idade etc. Desse modo, a variável escolaridade foi dividida em: (i) 0 a 4 anos de estudo; (ii) 5 a 8 anos de estudo; (iii) 9 a 12 anos de estudo e; (iv) 13 anos de estudo e mais.

Por fim, criou-se a variável *origem* de classe, adaptada, também, às sete categorias ocupacionais EGP, já evidenciadas. Esta variável se refere justamente ao primeiro emprego que o pai do respondente tinha, quando este estava com 15 anos.

Ajuste do modelo para as categorias ocupacionais

Todas as variáveis explicativas descritas acima foram utilizadas no modelo. Isso se justifica por dois motivos: primei-

ro, optou-se por manter na análise do modelo apenas aquelas variáveis que, pelo Teste Wald, fossem significativas ao nível de 5%. Desse modo, pelo teste de hipóteses contido nas Tabelas JKA-1988 e JKB-1996⁷, observou-se que o efeito das variáveis selecionadas (origem ocupacional, cor, migração, idade e escolaridade) sobre o destino ocupacional é significante ao nível de .05. Segundo, a estimação do modelo escolhido (1988-*Log likelihood* = -9825739.1 e 1996- *Log likelihood*: -11390473) é igual ao modelo estimado testado (1988-*Log-Lik Full Model*: -9825739.1 e 1996 - *Log-Lik Full Model*: -11390473) nos dois anos (Tabela J-1988 e Tabela K).

Assim, com a definição do modelo, obteve-se a seguinte especificação: a variação dos logaritmos das diversas chances relativas é dada por um coeficiente β correspondente à variação de uma única variável. Por exemplo, a variação $\Delta \log \frac{P_I}{P_{VIIa}}$ quando a variável O_Ocp_III assume valor 1 é -0,2897691, de acordo com a Tabela J-1988.

Conforme especificado, a categoria *VIIa - Manual não-qualificado* foi escolhida como a categoria base. Dessa forma, os coeficientes referem-se aos logitos: $\ln(I/VIIa)$; $\ln(III/VIIa)$; $\ln(IV/VIIa)$; $\ln(IVb/VIIa)$; $\ln(V/VIIa)$; $\ln(VIIb/VIIa)$.

Na interpretação dos parâmetros no modelo da Tabela J-1988, observou-se que as vantagens, ou chances relativas, (P_I/P_{VIIa}) , de mobilidade diminuíam à medida que a ocupação de origem(pai) tornava-se menos qualificada: as categorias ocupacionais de origem(pai) determinaram a seguinte cadeia de variação de chances relativas (P_I/P_{VIIa}) : $VIIb_{(0,35)} < VIIa_{(0,46)} < V_{(0,50)} < IVb_{(0,60)} < IVa_{(0,64)} < III_{(0,75)} < I$.

As (P_{III}/P_{VIIa}) , (P_{IVa}/P_{VIIa}) , (P_{IVb}/P_{VIIa}) e (P_V/P_{VIIa}) , de acordo com a ocupação de origem (pai) nos estratos III, IVa, IVb e V, respectivamente, vieram evidenciar, mais uma vez, que as chances relativas à ocupação da pessoa estavam relacionadas à classe de origem (pai). Neste caso, os níveis indicaram que, quanto mais qualificada era a ocupação de origem (pai), mais aumentavam as chances de os indivíduos movimentarem-se para ocupações também qualificadas. A chance relativa (P_{VIIb}/P_{VIIa}) diminuiu, à medida que a ocupação do pai aumentou de qualificação. Por exemplo, observou-se que essa chance relativa era, em 1988, 290% (3,9) maior quando a ocupação de origem era VIIb-Trabalhadores rurais, do que quando não o era.

Quanto à cor, constata-se, para todas as probabilidades, que: (i) a vantagem (P_I/P_{VIIa}) dos brancos foi 1,4 vezes maior (ou um efeito 40% maior em favor dos brancos) em relação aos não-brancos; (ii) a vantagem (P_{III}/P_{VIIa}) dos brancos foi 1,09 vezes

maior que a dos não-brancos (ou um efeito 9% maior em favor dos brancos); (iii) a vantagem (P_{IVa}/P_{VIIa}) para brancos foi 2,24 vezes maior do que para não-brancos (ou um efeito 124% maior em favor dos brancos); (iv) a vantagem (P_{IVb}/P_{VIIa}) dos brancos foi 1,83 vezes maior do que a dos não-brancos (ou um efeito 83% maior em favor dos brancos); (v) a vantagem (P_V/P_{VIIa}) para brancos foi 0,85 vezes maior do que para os não-brancos (ou um efeito 15% a menos em favor dos brancos); e (vi) a vantagem (P_{VIIb}/P_{VIIa}) para brancos foi 1,05 vezes maior que para não brancos (ou um efeito 5% a mais em favor dos brancos). Isso indicou que, praticamente, para todas as probabilidades (P_I/P_{VIIa}) , (P_{III}/P_{VIIa}) , (P_{IVa}/P_{VIIa}) , (P_{IVb}/P_{VIIa}) e (P_{VIIb}/P_{VIIa}) , a cor branca foi a mais favorecida quando se tratava de chances relativas de mobilidade de um estrato a outro.

Analizando migrantes e não-migrantes no modelo, a vantagem (P_I/P_{VIIa}) era (0,75) 25% menor para os migrantes do Nordeste no Sudeste, e (1,06) 6% maior para não-migrantes no Sudeste, em relação aos não-migrantes nordestinos. A vantagem (P_{III}/P_{VIIa}) era (1,06) 6% maior para os migrantes nordestinos no Sudeste; e, para os não-migrantes no Sudeste, era (1,24) 24% maior em relação aos não-migrantes nordestinos. A vantagem (P_{IVa}/P_{VIIa}) era (0,66) 34% menor para migrantes nordestinos no Sudeste e (1,14) 14% maior para os não-migrantes no Sudeste, também em relação aos não-migrantes no Nordeste. A vantagem (P_{IVb}/P_{VIIa}) era (0,25) 75% menor para os migrantes do Nordeste no Sudeste e (0,28) 72% menor para não-migrantes no Sudeste, em relação aos não-migrantes no Nordeste. Com relação à vantagem (P_V/P_{VIIa}) , esta era (1,44) 44% maior tanto para migrantes do Nordeste no Sudeste quanto para os não-migrantes no Sudeste, em relação aos não-migrantes no Nordeste. Por fim, verificou-se que a vantagem (P_{VIIb}/P_{VIIa}) era de (0,04) 96% menor para migrantes do Nordeste no Sudeste e (0,38) 62% menor para os não-migrantes no Sudeste, em relação aos não-migrantes no Nordeste.

De acordo com o modelo, quanto maior o grau de escolaridade, maiores foram as vantagens vistas nas (P_I/P_{VIIa}) , (P_{III}/P_{VIIa}) , (P_{IVa}/P_{VIIa}) , (P_{IVb}/P_{VIIa}) e (P_V/P_{VIIa}) . No entanto, quando se analisou a vantagem (P_{VIIb}/P_{VIIa}) pela escolaridade, observou-se um efeito inverso em relação ao anterior, ou seja, quanto maior era escolaridade da pessoa, menores eram suas chances de permanecer em um estrato do tipo VIIb-Trabalhadores rurais.

⁷ As tabelas não estão em anexo por motivos editoriais, mas se desejar mais detalhes deste material entrar em contato pelo e-mail lygcosta@gmail.com.

Analizando a variável idade no modelo, observou-se um efeito análogo ao que ocorreu na análise de escolaridade, isto é, as vantagens (P_I/P_{VIIa}) , (P_{III}/P_{VIIa}) , (P_{IVa}/P_{VIIa}) , (P_{IVb}/P_{VIIa}) e (P_V/P_{VIIa}) diminuíram, a medida que a idade aumentou, e a chance relativa (P_{VIIb}/P_{VIIa}) para uma pessoa jovem era menor do que para uma pessoa com mais idade.

Na interpretação dos parâmetros no modelo da Tabela K-1996, em comparação ao de 1988 da Tabela K, observou-se que as vantagens, ou chances relativas (P_I/P_{VIIa}) , também diminuíam à medida que a ocupação de origem (pai) tornava-se menos qualificada. Mas, para este ano, as categorias ocupacionais de origem (pai) determinaram a seguinte cadeia de variação de chances relativas (P_I/P_{VIIa}) : VIIb_(0,23) < VIIa_(0,31) < V_(0,48) < IVb_(0,53) < IVa_(0,77) > III_(0,66) < I. Com uma chance relativa (P_{IVa}/P_{VIIa}) um pouco melhor que para a chance relativa (P_{III}/P_{VIIa}) . Analisando-se a relação entre as vantagens (P_{III}/P_{VIIa}) , (P_{IVa}/P_{VIIa}) , (P_{IVb}/P_{VIIa}) e (P_V/P_{VIIa}) a ocupação de origem (pai) pelos estratos III, IVa, IVb e V, respectivamente, chegou-se à mesma conclusão encontrada em 1988: de que as chances relativas à ocupação da pessoa estavam relacionadas à classe de origem (pai).

Observou-se, em 1988, que, quanto mais qualificada era a ocupação de origem (pai), mais aumentavam as chances de os indivíduos se inserirem em ocupações também qualificadas. O mesmo observou-se em 1996. No entanto, a chance relativa (P_{VIIb}/P_{VIIa}) , segundo a ocupação de origem (pai) nos estratos IVa_(2,14) e IVb_(2,15) foi bastante alta.

Com relação à variável cor, em 1996, constataram-se as seguintes probabilidades relativas: (i) a vantagem (P_I/P_{VIIa}) para brancos foi 1,7 vezes maior que para não-brancos (ou um efeito 70% maior em favor dos brancos), evidenciando um aumento em relação a 1988; (ii) a chance relativa (P_{III}/P_{VIIa}) para brancos foi 1,2 vezes maior que para não-brancos (ou um efeito 20% maior em favor dos brancos), o que mostra um aumento em relação a 1988; (iii) a vantagem (P_{IVa}/P_{VIIa}) para brancos foi 2,24 vezes maior que para não-brancos (ou um efeito 124% maior em favor dos brancos), mantendo-se em relação a 1988; e (iv) a vantagem (P_{IVb}/P_{VIIa}) dos brancos está 1,8 vezes à frente dos não-brancos (ou um efeito 83% maior em favor dos brancos). A vantagem (P_V/P_{VIIa}) para brancos (0,98) foi 2% menor que para os não-brancos (em 1988, esse efeito era de 15%).

Com relação a migrantes e não-migrantes no modelo, em 1996, a vantagem (P_I/P_{VIIa}) foi (1,17) 17% maior para os migrantes do Nordeste no Sudeste (em 1988 era 25% menor) e (0,83) 16% menor para não-migrantes no Sudeste (em 1988 era 6% maior), em relação aos não-migrantes nordestinos. A vantagem (P_{III}/P_{VIIa}) era, em 1996, (0,94) 6% menor para os migrantes nordestinos no Sudeste (em 1988 era 6% maior) e, para os não-migrantes no Sudeste, era (0,95) 5% menor (em 1988 era 24% maior) em relação aos não-migrantes nordestinos. Já a chance relativa (P_{IVa}/P_{VIIa}) era (0,55) 45% menor para migrantes nordestinos no Sudeste (em 1988, era 34% menor) e (0,99) 1% menor para os não-migrantes no Sudeste (em 1988, era 14% maior), em relação aos não-migrantes no Nordeste. A vantagem (P_{IVb}/P_{VIIa}) era (0,55) 45% menor para os migrantes do nordeste no Sudeste (em 1988, era 75% menor) e (0,57) 43% menor para não-migrantes no Sudeste (em 1988, era 72% menor), todos em relação aos não-migrantes no Nordeste. A vantagem (P_V/P_{VIIa}) era, em 1996, (1,31) 31% maior para migrantes do nordeste no Sudeste (em 1988, era 44% maior) e era (1,07) 7% maior para não-migrantes no Sudeste (em 1988, era também 44% maior) em relação aos não-migrantes no Nordeste. Estes últimos valores representam uma relativa piora das vantagens de migrantes e não-migrantes no Sudeste em relação ao resultado de 1988 para o estrato V. Para a vantagem (P_{VIIb}/P_{VIIa}) , observou-se que era (0,05) 95% menor para migrantes do Nordeste no Sudeste (em 1988, era 96% menor) e (0,41) 59% menor para não-migrantes no Sudeste (em 1988, era 62% menor) em relação aos não-migrantes no Nordeste.

A variável escolaridade no modelo de 1996 não apresentou nenhuma surpresa, continuou evidenciando que, quanto maior o grau de escolaridade, maiores as vantagens (P_I/P_{VIIa}) , (P_{III}/P_{VIIa}) , (P_{IVa}/P_{VIIa}) , (P_{IVb}/P_{VIIa}) e a chance relativa (P_{VIIb}/P_{VIIa}) , ou seja, continua difícil alguém com escolaridade acima de 5 anos de estudo cair para um estrato do tipo VIIb-Trabalhadores rurais.

A variável idade no modelo de 1996 também se comportou de maneira parecida com o modelo de 1988. Ou seja, pode-se repetir que as vantagens (P_I/P_{VIIa}) , (P_{III}/P_{VIIa}) , (P_{IVa}/P_{VIIa}) , (P_{IVb}/P_{VIIa}) e (P_V/P_{VIIa}) diminuíram à medida que a idade aumentou. E a chance relativa (P_{VIIb}/P_{VIIa}) para uma pessoa jovem continuou menor do que para uma pessoa com mais idade.

Em resumo, pode-se dizer que, por esta descrição, as variáveis apresentaram efeitos bastante diferenciados sobre a variável

resposta: ocupação da pessoa. Observou-se, no ano de 1988, que a manutenção da ocupação da pessoa dependia basicamente da ocupação que havia sido exercida pelo pai (origem). Em 1996, o quadro era outro: a ocupação de origem (pai) não foi suficiente para manter seus filhos no mesmo estrato, o que permitiu que esses se inserissem em ocupações menos qualificadas.

Outro destaque nesta análise, mas já reconhecido em outras pesquisas, está nos resultados de 1988, que mostraram indivíduos de cor branca bem mais favorecidos com relação às chances relativas de mobilidade de um estrato a outro; a exceção foi no estrato V-Técnicos, Supervisores e trabalhadores no manual qualificado, no qual indivíduos não-brancos apresentaram mais vantagem. Em 1996, a vantagem dos não-brancos em relação aos brancos, no estrato V, reduziu-se, evidenciando a força das chances relativas de mudanças de estrato para indivíduos de cor branca.

Em 1988, migrantes apresentaram boas chances de mobilidade ocupacional, pelo menos nos estratos III-Não-Manual de Rotina, V-Técnicos, supervisores e trabalhadores no manual qualificado; e os não-migrantes no Nordeste ficaram em vantagem em relação a dois estratos: o IVa-Conta-própria e o VIIb-Trabalhadores rurais, ocupações que podem ser descritas, de certa forma, como mais precárias e sem exigência de qualquer qualificação educacional, típicas da região nos anos 1980. Em 1996, observou-se, principalmente, que os migrantes tiveram boas chances de mobilidade ocupacional nos estratos I-Profissionais e V-Técnicos, supervisores e trabalhadores no manual qualificado, o que indicou, sobretudo, que houve uma decisão de migrar com maior escolaridade; e os não-migrantes, no Nordeste, continuaram em vantagem em relação aos seus dois estratos principais, o IVa-Conta-própria e VIIb-Trabalhadores rurais. Merece destaque o estrato III-Não-Manual de Rotina, indicando o aumento de atividades no serviço público da região.

A variável escolaridade apresentou efeitos já esperados para os dois anos, 1988 e 1996, constatando-se que, quanto maior a escolaridade, mais oportunidades de mudanças de *status* ocupacional e menos chances de saída dos indivíduos para estratos de baixo prestígio. E, para a idade, as vantagens, em termos de chances, verificadas nos dois anos, mostraram que, quanto mais jovens, mais chances os indivíduos têm de perseguir uma carreira com melhor *status*.

Referências

- AGRESTI, A. 1990. *Categorical Data Analysis*. University of Florida, Wiley, p. 736.
- ALMEIDA, J. 1974. Industrialização e emprego no Brasil. In: IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 134 p.
- ANDREWS, G.R. 1992. Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação estatística. *Estudos Afro-Asiáticos*, 22:47-84.
- BAENINGER, R. 1999. *Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes – Brasil, 1980-1996*. Campinas, SP. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 300 p.
- BOURDIEU, P. 1979. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris, Éditions de Minuit, 672 p.
- BRITO, F. 2000. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório. In: ENCONTRO DA ABEP, XII, Caxambu, 2000. *Anais...* Caxambu, 44 p.
- CARVALHO, J.A.; BRITO, F.; RIBEIRO, J.; RIGOTTI, I. 1998. Minas Gerais: uma nova região de atração populacional. In: SEMINÁRIO DE ECONOMIA MINEIRA, ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, IV Diamantina, 1998. *Anais...* Diamantina, p. 397-420.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 1991. Censo Demográfico. Rio de Janeiro.
- COSTA RIBEIRO, C.A. 2007. *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. Bauru, Edusc, 372 p.
- COSTA RIBEIRO, C.A. 2003. *The Brazilian occupational structure*. Nova York, EUA. Tese de PhD. Columbia University, 240 p.
- ERICKSON, R.; GOLDTHORPE, J.H.; PORTOCARERO, L. 1979. Intergenerational class mobility in three western European societies. *The British Journal of Sociology*, 30(4).
- ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J.H. 1993. *The Constant Flux: a study of class mobility in industrial societies*. Oxford, Oxford University Press, 306 p.
- FERNANDES, F. 1972. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 267 p.
- GOLDTHORPE, J.H. 1974. *The social grading of occupations: a new approach and scale*. Oxford, Clarendon Press, 188 p.
- HASENBALG, C. 1979. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 316 p.
- HASENBALG, C.; VALLE SILVA, N. do. 1988. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro, IUPERJ-Vértice, 200 p.
- IPEA. 1997. *O Brasil na virada do milênio: trajetórias do crescimento e desafios do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Editora IPEA, vol. 2, p. 119-202.
- JANUZZI, P. de M. 2000. *Migração e mobilidade social, migrantes no mercado de trabalho paulista*. São Paulo, Editora Autores Associados, 239 p.
- MARTINS, H.H.T.S.; RAMALHO, J.R. (orgs.) 1994. *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo, HUCITEC/CEDI-NETS, 237 p.
- PACHECO, C.A. 1998. *Fragmentação da nação*. Campinas, IE/Unicamp, 291 p.
- PARSONS, T. 1953. Revised analytical approach to the theory of social stratification. In: R. BENDIX; S.M. LIPSET (ed.), *Class, status and power: a reader in social stratification*. Glencoe, Free Press, p. 92-129.
- PASTORE, J. 1979. *Desigualdades e mobilidade social no Brasil*. São Paulo, USP, 217 p.
- PATARRA, N. 1978. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30. In: B. FAUSTO (org.), *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, p. 249-268.
- POWERS, D.A.; XIE, Y. 2000. *Statistical methods for categorical data analysis*. California, Academic Press, 305 p.
- POCHMAN, M. 2001. *O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo, Boitempo, 148 p.
- QUADROS, W.J. 1997. A reestruturação das empresas e o emprego da classe média. In: C.E.B. OLIVEIRA; J.E.L. MATTOSO, *Crise e Trabalho no Brasil*. São Paulo, Scritta, p. 171-188.
- SCALON, C. 1999. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro, Revan-Luperj-UCM, 189 p.
- SCALON, C.; CANO, I. 1999. Perfil e impacto da migração no Brasil: o caso do migrante nordestino no sudeste. In: CONGRESSO LUSO-AFRO BRASILEIRO, V, Maputo, 1998. *Anais...* Maputo, p. 30.
- SOUZA, A. de M. e; VALLE SILVA, N. do. 1981. Mobilidade inter-setorial

e homogeneidade do setor informal: verificação de duas hipóteses duais no caso brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, 38:327-356.

SIMPSON, G.E.; YINGER, M.J. 1965. The sociology of race relations. In: R.K. MERTON; L. BROOM; L.S. COTTRELL (eds.), *Sociology today: problems and prospects*. New York, Basic Books, 623 p.

TURNER, R. 1951. The relative position of the Negro male in the labor force of large American cities. *American Sociological Review*, 16(3):524-529.

VAN DEN BERGHE, P. 1967. *Race and racism*. New York, Wiley, 169 p.

VALLE SILVA, N. do. 1981. Cor e o processo de realização sócio-econômica. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, 24(3):391-409.

Submetido em: 15/01/2009

Aceito em: 20/02/2009